



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
COLETA DE LIXO EXTRAORDINÁRIO, COM
FORNECIMENTO DE MATERIAL, QUE ENTRE SI
FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª
REGIÃO E A EMPRESA

_____.

Proc. TRF2-EOF-2013/00193

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Roque Bonfante de Almeida**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____ – _____, CEP _____, Tel.: () _____, Fax: () _____, representada neste ato pelo(a) Sr(a) _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2013/00193, em consequência do Pregão Eletrônico nº 065/2013, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em __/__/____, por despacho lavrado à fl. ____ do Processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *executar serviços de coleta de lixo extraordinário, com fornecimento de material*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de coleta de lixo extraordinário, nos termos da Norma Técnica nº 42/30/01 da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, com fornecimento de material de acordo com as normas de vigilância e fiscalização sanitária, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 065/2013 e seu Anexo I, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - A Contratada deverá realizar o serviço de recolhimento e transporte de **lixo extraordinário**, conforme disposto a seguir:

2.1.1 - O serviço deverá ser realizado nos endereços mencionados abaixo com a devida periodicidade e quantidades indicadas:

2.1.1.1 – Rua do Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro/ RJ:

- a) **Coleta:** diária, de segunda-feira a sexta-feira, das 19:00 às 21:00 horas;
- b) **Quantidade:** 30 (trinta) contêineres de 240 (duzentos e quarenta) litros diários, aproximadamente.

2.1.1.2 – Avenida Rio Branco, 241, Centro, Rio de Janeiro/ RJ:

- a) **Coleta:** diária, de segunda-feira a sábado, das 8:00 as 10:00 horas;
- b) **Quantidade:** 04 (quatro) contêineres de 240 (duzentos e quarenta) litros diários, aproximadamente.

2.1.1.3 – O não cumprimento do horário programado pela Contratada acarretará aplicação das penalidades previstas por inadimplência contratual.

2.2 – A quantidade de resíduos extraordinários será medida por unidade de coleta, baseando-se em contêiner de 240 (duzentos e quarenta) litros, nos locais, quantidades e periodicidade dispostos nos subitem 2.1.1, sendo anotado em formulário próprio.

2.2.1 - O volume apurado será objeto de conferência, pelo Contratante e pelo Centro Cultural da Justiça Federal.

2.3 – A Contratada fornecerá contêineres de 240 (duzentos e quarenta) litros no padrão COMLURB em número suficiente para a realização da coleta, sem ônus para o Contratante, os quais serão, ao início do Contrato, vistoriados por funcionário da Contratada e servidor do Contratante, que atestarão o perfeito estado de cada unidade.

2.4 – O Contratante disponibilizará formulários para anotação da quantidade coletada, nos quais serão informadas data e quantidade de resíduos coletados, constando rubrica e matrícula de funcionário da Contratada e do responsável do Contratante.

2.5 – A Contratada deverá alocar, eventualmente, quando solicitado pelo Contratante, 01 (uma) caçamba para acondicionamento de sobra de materiais diversos (entulho de obra – alvenaria -, madeiras, pedaços de tubulações galvanizadas, mobiliário inservível, etc.).

2.6 – A caçamba para acondicionamento de entulho, com volume de aproximadamente 05 (cinco) metros cúbicos, será alocada eventualmente, a partir de solicitação formal do Contratante, devendo a contratada disponibilizá-la em até 48 (quarenta e oito) horas.

2.7 - O horário de entrega da caçamba a que se refere o item anterior será a partir das 19:00 horas, podendo o recolhimento ocorrer, durante dias úteis, até às 10:00 horas, e em horário integral, nos finais de semana e feriados.

2.8 - A Contratada deverá colocar a caçamba de entulho, alocada, conforme item 2.5, na via pública, em frente ao prédio Anexo II do Contratante, situado na Rua do Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro- RJ.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.2 – A Contratada responsabilizar-se á pela transferência dos resíduos extraordinários até o seu destino final, bem como por todos os ônus decorrentes da operação.

3.3- A Contratada deverá manter-se credenciada e licenciada junto à **COMLURB** (Norma Técnica da COMLURB) e ao **INEA** (Decreto nº 42.159/2009 e Lei nº 5.101/2007) durante toda a vigência do Contrato.

3.4 – A Contratada deverá estar vinculada ao Sistema de Manifesto de Resíduos, DZ-1310.R-7, **INEA**.

3.5 – Os empregados da Contratada deverão apresentar-se identificados, portando todos os equipamentos de proteção obrigatórios e devidamente uniformizados, bem como munidos da documentação legal para o exercício de suas atividades, tal como habilitação válida para o condutor do veículo.

3.6 - A Contratada deverá executar os serviços de coleta e transporte de lixo extraordinário, mantendo limpos os locais de recolhimento, observando o cumprimento das normas técnicas contidas na Lei Municipal nº 3.273/2001 e seus Complementos, na Resolução ANVISA RDC-306/2004, bem como em toda legislação vigente que verse acerca do assunto.

3.7 – A Contratada responderá :

3.7.1 - por todo e qualquer dano causado por seus empregados nos exercícios das atividades contratuais nas dependências/instalações do contratante e do Centro Cultural da Justiça Federal, durante a realização do serviço;

3.7.2 - civil e criminalmente por qualquer acidente envolvendo seus empregados, servidores, terceirizados e usuários da Contratante, quando os acidentes/danos forem ocasionados por seus empregados ou prepostos ou por qualquer omissão da Contratada, no exercício das atividades contratuais;

3.7.3 - pela manutenção e conservação dos contêineres de 240 (duzentos e quarenta) litros disponibilizados para o Contratante, consertando o que for danificado pelo uso durante a execução do serviço. Em caso de impossibilidade de reparo, a Contratada fará reposição à Contratante, no mesmo padrão do bem original.

3.8 – O não atendimento dos serviços nos padrões de qualidade exigidos neste Contrato, deverão ser refeitos em até 02 (duas) horas, sem qualquer ônus para o Contratante, incorrendo a Contratada nas penalidades previstas contratualmente.

3.8.1 – A Contratada informará por escrito a relação dos responsáveis pelo serviço e seus telefones de contato possibilitando a solução das ocorrências prevista no item 3.7.

3.9 - A Contratada deverá reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de erro dos serviços objeto do Contrato, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

3.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

4.1 – Em conformidade com o artigo 74 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

4.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.

4.1.1 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

4.2 – Os termos serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

4.3 – Se, após o recebimento provisório constatar-se que os serviços foram prestados de maneira diversa do exigido na especificação ou incompletos, após a notificação, por escrito, à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

4.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:

5.1 - DO PREÇO:

SUBITEM	COLETA	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
5.1.1	Lixo domiciliar extraordinário - TRF	Container 240 litros	660		
5.1.2	Lixo domiciliar extraordinário - CCJF	Container 240 litros	104		
5.1.3	Materiais diversos (entulho de obra, madeiras, pedaços de tubo, etc)	Caçamba de 5000 litros	3		

5.1.4 - O valor MENSAL deste Contrato (subitem 5.1.1 + subitem 5.1.2) é de R\$ _____ (_____);

5.1.5 - O valor GLOBAL deste Contrato [subitem 5.1.3 + (subitem 5.1.4 x 12)] é de R\$ _____ (_____);

5.1.6 – Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas indispensáveis à perfeita execução do objeto contratado.

5.2 - DO REAJUSTE:

5.2.1 - Os valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P, \text{ onde:}$$

R = Reajuste

I = N.º índice da data do reajuste

I_o = N.º índice da data de apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

P = Preço do Serviço a ser reajustado

5.2.2 – A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

5.2.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei n.º 10.192, de 14/02/01 e legislação superveniente ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

5.2.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

5.2.5 - A Contratada poderá exercer, perante o Contratante, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

5.2.6 - A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

5.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.3.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 05 (*cinco*) dias úteis, a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$ 8.000,00 (*oito mil reais*), ou, em até 10 (*dez*) dias úteis, para valor superior a R\$ 8.000,00 (*oito mil reais*), a contar do atesto do documento fiscal, aposto pelo gestor do Contrato, sendo efetuada a retenção na fonte dos

tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

5.3.1.1 – No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

5.3.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 5.3.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

5.3.2 – Os documentos fiscais deverão ser entregues na Divisão de Compras do Contratante, Rua Acre, nº 80, 16º andar, sala 1604, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços, devendo também ser enviados eletronicamente ao *e-mail* dicom@trf2.gov.br.

5.3.2.1 – A Contratada deverá emitir documentos fiscais distintos para as caçambas alocadas na Rua do Acre, nº 80 e na Av. Rio Branco, n.º 241.

5.3.2.2 – O custo decorrente da alocação da caçamba, deverá ser faturado no mês em que for prestado o serviço.

5.3.3 - Para fins do disposto no subitem 5.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

5.3.4 – Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

5.3.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480, de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas n^{os} 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB no 765 de 02/08/2007.

5.3.5 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 5.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

5.3.6 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão 964/2012-Plenário-TCU.

5.3.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

5.3.7 – O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

5.3.7.1 – Existência de qualquer débito para com o mesmo;

5.3.7.2 – Se os materiais/serviços fornecidos/prestados não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, condicionada à aprovação do mesmo, conforme o adiante especificado:

Programas de Trabalho	Elemento de Despesa	PTRs	Notas de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.39.78	060.071 (TRF)	
		060.076 (CCJF)	

6.2 - Na parcela referente ao exercício de 2014, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:

7.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

7.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;

b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;

c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova aquisição e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

7.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida;

7.5 – Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas previstas nos itens 7.3 e 7.4, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.6 – Se as multas previstas nos itens 7.3 e 7.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

7.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

7.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

7.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/04-TRF-2ª-RG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

7.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

7.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

7.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

7.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 065/2013 e seu Anexo I;
- b) Proposta, datada de __/__/__, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. ____ do Processo.

9.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

10.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

10.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

10.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11.2 – A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para a Administração do Contratante.

11.3 – No mínimo a 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

11.4 – Se positiva a resposta, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

11.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

11.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Sétima do presente Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

12.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

12.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item 12.1, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

13.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nºs 9.069 de 29/06/1995 e 10.192 de 14/02/2001.

13.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

13.3 - As supressões citadas no item 13.2 poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 65, § 2º, inciso II da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9648/98 de 27 de maio de 1998.

13.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (16º andar – sala 1603A), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 04 (*quatro*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2013.

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

NOME
EMPRESA
Cargo